



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140966 - SP (2021/0003036-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : RODOLFO ESTEVES BRAMBATTI (PRESO)
ADVOGADOS : PERCIVAL STEFANI BRACHINI DE OLIVEIRA - SP329645
VICENTE AMÊNDOLO - SP430692
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RODOLFO ESTEVES BRAMBATTI contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2124929-76.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente. Foi denunciado como incurso no art. 33, *caput*, art. 33, § 1º, inciso III, e art. 35, *caput*, todos da Lei n. 11.343/2006, c/c o art. 69, *caput*, do Código Penal.

Sustenta o recorrente a necessidade da concessão de prisão domiciliar, tendo em vista que é do grupo de risco da covid-19. Afirma se tratar de indivíduo primário, que possuía atividade profissional lícita e residência fixa. Alega que a decisão que converteu o flagrante em prisão preventiva é genérica e carece de fundamentação idônea, não logrando apontar motivos concretos que justificassem a segregação cautelar, ou apontar o *periculum libertatis*, tampouco logrou indicar indícios de que, uma vez em liberdade, poderia obstacularizar a persecução criminal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o réu responda ao processo em liberdade

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os

seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 178):

Quanto ao surto da doença COVID-19, importante ressaltar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal não referendou a decisão liminar da ADPF 347. Segundo decisão da Corte, os juízes do país devem seguir as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Outrossim, não há qualquer notícia nos autos de que o Estado não esteja fornecendo a devida atenção e os cuidados necessários à população carcerária. Não restou comprovado que o acusado não esteja recebendo tratamento de saúde adequado no local onde se encontra custodiado diante da doença que o acomete.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Da mesma forma, não vislumbro ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva, passível de correção via cognição sumária.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente